suscetibilidade pública ou que, pela sua redação, possam considerar-se desrespeitosos, cabendo a avaliação destes conceitos à União de Freguesias.

Artigo 44.º

Embelezamento

É permitido embelezar as construções funerárias com revestimentos adequados, bordaduras, vasos para plantas ou qualquer outra forma que não afete a dignidade própria do cemitério.

CAPÍTULO XII

Disposições finais

Artigo 45.º

Proibições

1 — Nos recintos dos cemitérios é proibido:

- a) Proferir ou praticar atos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local;
- b) Entrar acompanhado de animais, com exceção dos cães-guia;
- c) Transitar fora dos arruamentos ou das vias de acesso quando separem as sepulturas;
- d) Colher flores ou danificar plantas ou árvores;
- e) Plantar árvores de fruto ou quaisquer plantas que possam utilizar-se na alimentação;
- f) Danificar construções funerárias, sepulturas, sinais funerários e quaisquer outros objetos;
- g) A permanência de crianças não acompanhadas;
- h) Utilizar aparelhos áudio, exceto auriculares.

2 — No cemitério é proibida a entrada de viaturas particulares, salvo viaturas que transportem máquinas ou materiais destinados à execução de obras no cemitério e após autorização do responsável de serviços do cemitério.

3 — Os objetos utilizados para fins de ornamentação ou de culto em construções funerárias, não poderão ser destes retirados, nem sair do cemitério sem a apresentação de autorização escrita da União de Freguesias.

4 — Não poderão sair do cemitério os caixões ou urnas que tenham contido corpos ou ossadas, devendo aqueles ser queimados.

Artigo 46.º

Realização de Cerimónias

1 — Dentro do espaço do cemitério carecem de autorização da União de Freguesias a realização de:

- a) Missas campais e outras cerimónias similares;
- b) Salvas de tiros nas exéquias fúnebres militares.

2 — O pedido de autorização a que se refere o número anterior deve ser efetuado com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência relativamente à data da cerimónia.

Artigo 47.º

Taxas

As taxas devidas pela prestação de serviços relativos aos cemitérios constarão da tabela de taxas da União de Freguesias.

Artigo 48.º

Sanções

1 — A violação das disposições deste regulamento constitui contraordenação sancionada com coima no valor de 100,00€ (cem euros), quando não se encontra prevista penalidade espacial e sem prejuízo das indemnizações pelos danos provocados nos termos da lei geral.

2 — A competência para determinar a instrução de processos de contraordenação e aplicação das coimas pertence ao Presidente da União de Freguesias, podendo ser delegada em qualquer um dos restantes membros do Executivo.

Artigo 49.º

Omissões

1 — Em tudo o que esteja omissa no presente regulamento, aplicar-se-á subsidiariamente:

a) A legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 5/2000 de 29 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 138/2000 de 13 de julho.

b) Em caso de omissão da lei, caberá à União de Freguesias, casuisticamente e mediante deliberação suprimir a lacuna.

Artigo 50.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação no *Diário da República*.

27 de dezembro de 2013. — O Presidente da Assembleia de Freguesia, *Joaquim Fernando Barbosa Ribeiro*.

307516017

FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE CASTELÕES

Edital n.º 59/2014

Alteração de Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças da Freguesia de São Pedro de Castelões — Concelho de Vale de Cambra

Abel Soares de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, torna Pública que em conformidade com o disposto nas alíneas *d* e *j*) do n.º 2 do artigo 17.º, conjugado com alínea *b*) do n.º 5 do artigo 34.º da lei das Autarquias Locais (Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro), e tendo em vista o estabelecido na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro) e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro), Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, o Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças aprovado por unanimidade em reunião da Junta de Freguesia de 31/10/2013 e aprovado por maioria na Assembleia de Freguesia de 27/12/2013, a Alteração ao Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças da Freguesia de São Pedro de Castelões, o qual entrará em vigor logo após a publicação no *Diário da República*. Para constar e devidos efeitos, se publica o presente Edital e outros de igual teor, e ainda na nossa página www.jf-spcastelo.es.pt.

2 de dezembro de 2013. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Abel Soares*.

307517662

FREGUESIA DE VALE DE SANTIAGO

Aviso n.º 889/2014

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, atualizada, torna-se pública a Lista de Ordenação Final do procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Assistente Operacional, conforme mapa de pessoal desta Junta de Freguesia, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a que se refere o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 149, de 05/08/2013, homologada por meu despacho 27 de dezembro de 2013.

Lista unitária de ordenação final:

José Cândido Guerreiro — 15,70 Valores

Elísio Soares da Silva — 15,10 Valores

Pedro Miguel da Cruz Ramos — 13,20 Valores

Maria Antónia de Brito Henriques dos Santos — 12,90 valores

O presente aviso cumpre o estabelecido no n.º 6 do artigo 36.º, conjugado com a alínea *d*), n.º 3 do artigo 30.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, atualizada.

27 de dezembro de 2013. — O Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, *Florival Matos Silvestre*.

307519817